

XIII MANDATO

ATA N.º 6/2022

Reunião ordinária pública de 10 de janeiro de 2022

Ao décimo dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta, no edifício do GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, desta cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes Macedo** (PS), e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Sr. Vereador **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), cuja falta foi justificada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----



Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença da maioria, foi declarada aberta a reunião. -----

Para conhecimento foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e dois.-----

ORDEM DO DIA

-----DELIBERAÇÕES-----

- 1. PROPOSTAS DE APOIO FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DA LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ÁGUA** - Presentes as seguintes propostas: *Considerando: -Que a água é um bem essencial para a Vida e a disponibilidade de água pública é um serviço que implica a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;*
- O teor da avaliação socioeconómica realizada pelo Gabinete de Ação Social da Divisão de Coesão Social e Solidariedade, à situação do agregado familiar composto por um casal de sexagenários, ambos



pensionistas, residentes numa casa sem abastecimento de água da rede pública e dispondo de um rendimento per capita de € 326,10, inferior ao valor do Indexante de Apoios Sociais – atualmente fixado em € 438,81; - O disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade; - O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento do Projeto BragaSol, que dispõe sobre os apoios para obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos; Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar um apoio financeiro ao requerente através do pagamento de € 475, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para ligação à rede pública de água do imóvel onde o casal habita. Braga, 23 de dezembro de 2021 e também a seguinte proposta: Considerando: - Que a água é um bem essencial para a Vida e a disponibilidade de água pública é um serviço que implica a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; - O teor da avaliação socioeconómica realizada pelo Gabinete de Ação Social da Divisão de Coesão Social e Solidariedade, à situação do agregado familiar composto por um casal de octogenários, ambos pensionistas, com doenças do foro oncológico e psiquiátrico, residentes numa casa com abastecimento de água de um poço e dispondo de um rendimento per capita de € 337,98, inferior ao valor do Indexante de Apoios Sociais – atualmente fixado em € 438,81; - O disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade; - O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento do Projeto BragaSol, que dispõe sobre os apoios para obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos; Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar um apoio financeiro ao requerente através do pagamento de € 475, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para ligação à rede pública de água do imóvel onde o casal habita. Braga, 23 de dezembro de 2021. Os documentos anexos à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos, e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

2. RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 1º. SEMESTRE E 3º TRIMESTRE DE 2021 - TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, EM. - Foram presentes os Relatórios de Execução Orçamental do ano de 2021, dos Transportes Urbanos de Braga, EM. **A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.** -----

3. ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A DELEGAÇÃO DE BRAGA DA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA - Presente a seguinte proposta: Considerando: - O teor e a vigência do protocolo em anexo, celebrado em Outubro de 2020 e respetivas adendas celebradas em

Fevereiro, Junho, Setembro e Outubro de 2021, entre o Município de Braga e a Delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa, o qual prevê a dotação dos Recursos Humanos necessários ao funcionamento do Centro de Vacinação de Braga; - A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente ao nível do apoio ao Plano de Vacinação contra a COVID-19; - Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local; - A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia; - Que foi a ouvida a Instituição parceira sobre a possibilidade de prorrogação do prazo do referido protocolo, estabelecendo o seu término no dia 31 de Março de 2022, tendo a mesma manifestado a sua concordância; - O disposto nas alíneas g), h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais. Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar a celebração da adenda ao protocolo, em anexo, nos termos nela propostos. Igualmente em anexo, documento relativo à estimativa com as despesas a suportar com a manutenção deste importante apoio à vacinação da população bracarense. Braga, 04 de janeiro de 2022. Os documentos anexos à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos, e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

4. RECOMENDAÇÃO DO PS – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA - Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal, recomendação apresentada pelo PS, que se anexa.» que aqui se dá por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas, e da qual resulta, em súmula, o seguinte: «1.Na linha do que foi implementado à generalidade dos alunos do ensino pré escolar pelo Município de Braga se uniformize o valor da CAF aplicado no concelho de Braga para um valor de 30 euros de mensalidade máxima; 2.O valor do escalão B seja de 20 euros e que os alunos do escalão A estejam isentos do pagamento; 3.O Município garanta a todas as entidades que prestam o serviço o valor das diferenças relativas aos escalões em 20 euros para o escalão B e em 30 euros para o escalão A; E que estas medidas sejam aplicadas já em janeiro de 2022 no concelho de Braga, nos mesmos moldes que está a ser implementada na AAAF.» O **Vereador Artur Feio** referiu que esta proposta vem no sentido de impor alguma responsabilidade à forma como estão a ser desenvolvidas as atividades de apoio à família; o que se passa é que muitas famílias não têm capacidade de pagar, e por esse motivo, inibem os filhos



de participar nessas atividades. Já a **Vereadora Bárbara Barros** fez referência à sobrecarga que as entidades que prestam o serviço acarretam, nomeadamente as Associações de Pais e as Freguesias. A CDU tem uma outra perspetiva, que é de desonerar totalmente as famílias deste custo. As Componente de Apoio à Família e as Atividades de Animação e de Apoio devem ser um serviço universal disponível para as famílias, mas sem qualquer custo. Para a Vereadora, mesmo com o teto máximo dos 30€, há famílias que não têm possibilidade de realizar esse pagamento. Por esse motivo, irá rejeitar a proposta apresentada, já que não concorda com a fixação de um valor máximo, e porque entende que o Município, através das escolas, deveria assumir esse custo. O **Presidente da Câmara** esclareceu que foi efetuado um estudo financeiro para sustentar a proposta, que fixava a despesa a suportar em cerca de 450 mil euros/ ano, verba para a qual, atualmente, não há disponibilidade. Além disso, devemos enquadrar essas atividades em termos de tutela – estamos a falar de extensões face ao horário letivo, o que poderá criar algumas ambiguidades (é à Segurança Social que cabe assegurar o acesso global às atividades). Por fim, poderia estar em causa concorrência desleal, entre o setor social e o que seria apoiado. Por estes motivos, será rejeitada a recomendação, sem prejuízo de se considerar que se deve trabalhar com outras instituições, nomeadamente o Estado Central, para que possa ser garantido o acesso das famílias às atividades. **DELIBERADO REJEITAR, POR MAIORIA, A PROPOSTA APRESENTADA. VOTOS A FAVOR DA PROPOSTA DOS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. VOTOS CONTRA À PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E DE BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JORGE ARMANDO DE OLIVEIRA QUEIRÓS AMADO, ex-Vereador da Câmara Municipal. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

5. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

Pela **Vereadora Bárbara Barros**, foi feita referência ao Bairro das Andorinhas, dizendo, designadamente o seguinte: Foi recentemente anunciado, pela BRAGAHABIT, EM. que haverá um investimento na ordem dos 24 milhões de euros, para reabilitação do património habitacional; no entanto, falta concretizar e esclarecer estes valores, nomeadamente quanto aos que serão atribuídos a cada complexo. Além disso, as associações de moradores não têm conhecimento do apoio que está a ser dado para as candidaturas ao programa “1.º Direito”, bem como ao Programa Vale-Eficiência (de Eficiência Energética). Outra questão colocada pela Sr.ª Vereadora prende-se com a aquisição dos imóveis da Bragahabit, EM. , sendo importante que não se negue o acesso de aquisição de propriedade.

Respondeu o **Presidente da Câmara** que a intenção do (novo) Administrador da Bragahabit, EM. é reunir com as associações representativas dos Bairros, brevemente. Neste caso concreto, o projeto que está incluído no PPI é o de reabilitação municipal de edifícios privados. -----

Relativamente ao programa “1.º Direito”, efetivamente o seu financiamento obriga ao envolvimento individual dos moradores, e esse apoio será prestado. Quanto à venda dos imóveis, esta é uma questão mais sensível, na medida em que este apoio deveria revestir-se de um caráter transitório. Daqui resulta que, ou a Bragahabit, EM, vende os imóveis a preços de mercado – e isso não terá interesse para os particulares – ou vende a outro preço e essa via não será interessante para os cofres do Município. O Município está, por esse motivo, a ponderar o que irá fazer. -----

ENCERRAMENTO: Às 10h00m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----

